



Anais da Assembléia

D.A. 199

CURITIBA, SEGUNDA-FEIRA, EM 17 DE NOVEMBRO DE 1997

ANO XXIII

Mesa Diretora

ANIBAL KHURY
Presidente - PTB

LUIZ CARLOS ZUK
1º Vice-Presidente - PDT

NEIVO BERALDIN
2º Vice-Presidente - PP

LUIZ CLAUDIO ROMANELLI
3º Vice-Presidente - PMDB

LUIZ CARLOS MARTINS
1º Secretário - PDT

NELSON GARCIA
2º Secretário - PFL

ANTONIO ANNIBELLI
3º Secretário - PSDB

IRONDI PUGLIESI
4º Secretária - PPB

ANGELO VANHONI
5º Secretário - PT

ABIB MIGUEL
Diretor Geral

Lideranças

Governo	Deputado Valdir Rossoni
PFL	Deputado Plauto Miró
PTB	Deputado Ademar Traiano
PMDB	Deputado Orlando Pessuti
PPB	Deputado Augustinho Zucchi
PT	Deputado Péricles H. de Mello
PDT	Deputado Edgar Bueno
PL	Deputado Horácio Rodrigues
PSN	Deputado Emerson Nerone
PSDB	

Representação Partidária

PFL - 18: Anibal Khury - Basílio Zarusso - Cleiton Cristóvão - Durval Amaral - Edno Guimarães - Eduardo Trevisan - Élio Rusch - Geraldo Cartúrio - Hidekazu Takayama - Jíllo Ando - Luiz Carlos Alborghetti - Luiz Carlos Martins - Marquinhos Alves - Milton Puppio - Nelson Garcia - Nelson Tureck - Plauto Miró Guimarães - Remy Borsatto - Walnor Trentini; PTB - 11: Ademar Traiano - Albanor Gomes - Beto Richa - Carlos Simões - Cezar Silvestri - Joel Coimbra - José Tavares - Luiz Accorsi - Ricardo Chab - Valdir Rossoni; PMDB - 08: Antonio Annibelli - Catto Quintana - Luiz Claudio Romanelli - Nereu Moura - Orlando Pessuti - Renato Adur - Sâmis da Silva - Toti Colaço; PPB - 07: Augustinho Zucchi - César Seleme - Duílio Genari - Edson Silva Lino - Irondi Pugliesi - João Techy Filho - Neivo Beraldin; PT - 04: Ângelo Vanhoni - Florisvaldo Fier - Irineu Colombo - Péricles Mello; PDT - 02: Edgar Bueno, Luiz Carlos Zuk; PSDB - 02: José Maria Ferreira - Sérgio Spada; PL - 01: Horácio Rodrigues; PSN - 01: Emerson Nerone.

**3ª SESSÃO LEGISLATIVA DA
13ª LEGISLATURA
ATA DA 124ª SESSÃO ORDINÁRIA
REALIZADA EM 17 DE NOVEMBRO DE 1997
(SEGUNDA-FEIRA)**

Presidência do Senhor Deputado Anibal Khury, secretariada pelos Senhores Deputados Nelson Garcia e Luiz Carlos Alborghetti.

A hora regimental, é registrada a presença dos seguintes Senhores Deputados: Anibal Khury, Luiz Carlos Zuk, Neivo Beraldin, Luiz Carlos Martins, Nelson Garcia, Edgar Bueno, Tetchy Filho, Ademar Traiano, Albanor Gomes, Ângelo Vanhoni, Antonio Annibelli, Augustinho Zucchi, Basílio Zanusso, Beto Richa, Caíto Quintana, Carlos Simões, César Seleme, Cezar Silvestri, Cleiton Kielse, Duílio Genari, Durval Amaral, Edno Guimarães, Edson Lino, Eduardo Trevisan, Élio Rusch, Emerson Nerone, Doutor Rosinha, Geraldo Cartário, Hidekazu Takayama, Horácio Rodrigues, Irineu Colombo, Irondi Pugliesi, Joel Coimbra, José Maria Ferreira, José Tavares, Júlio Ando, Luiz Accorsi, Luiz Carlos Alborghetti, Luiz Claudio Romanelli, Marquinhos Alves, Miltinho Pupprio, Nelson Tureck, Nereu Moura, Orlando Pessuti, Péricles de Mello, Plauto Miró Guimarães, Renato Adur, Remy Borsatto, Ricardo Chab, Sâmis da Silva, Sérgio Spada, Toti Colaço, Valdir Rossoni e Walmor Trentini (54).

Verificada a existência de número legal, o Senhor Presidente declara aberta a

S E S S Ã O .

O SR. PRESIDENTE (Anibal Khury) - Sob a proteção de Deus, iniciamos os nossos trabalhos.

O SR. 2º SECRETÁRIO - Procede à leitura da Ata da sessão anterior, a qual é aprovada sem observações.

O SR. 1º SECRETÁRIO - Procede à leitura do seguinte

E X P E D I E N T E :

Ofícios:

O F Í C I O S

Sob nºs CTL/SEEG/188, 190, 192, 193, 194, 195, 196, 197, 198, 199, 200, 201, 202, 203, 204, 205, 206, 207, 208, 209, 210, 217, 219 e 220/97, do Senhor Governador do Estado, comunicando haver SANCIONADO os Projetos de Lei nºs:

316/97: Do Poder Executivo, que autoriza o Poder Executivo a contratar financiamento junto à Caixa Econômica Federal, até o valor de R\$ 65.000.000,00 (sessenta e cinco milhões de reais), para execução do Programa de Saneamento - PRÓ-SANEAMENTO, o qual convertido em lei tomou o nº 11.836. **Anote-se. Arquivo-se.**

447/97: Do Poder Executivo, que aprova ajuste no Programa de Obras da Secretaria de Estado dos Transportes, no valor de R\$ 683.000,00 (seiscentos e oitenta e três mil reais), conforme especifica, o qual convertido em lei tomou o nº 11.837. **Anote-se. Arquivo-se.**

227/97: De autoria do Deputado Anibal Khury, que altera a redação do Artigo 6º, da Lei nº 11.714, de 07 de maio de 1997, o qual convertido em lei tomou o nº 11.838. **Anote-se. Arquivo-se.**

005/97: De autoria do Deputado Hidekazu Takayama, que declara de Utilidade Pública a Assistência Social Vida, com sede e foro no Município de Palmeira, o qual convertido em lei tomou o nº 11.839. **Anote-se. Arquivo-se.**

031/97: De autoria do Deputado Luiz Accorsi, que declara de Utilidade Pública a Associação dos Moradores do Jardim São Jorge, com sede e foro no Município de Paranavaí, o qual convertido em lei tomou o nº 11.840. **Anote-se. Arquivo-se.**

035/97: De autoria do Deputado Nelson Tureck, que declara de Utilidade Pública a Associação de Pais e Mestres do Colégio Estadual Quintino Bocaiuva - Ensino de 1º Grau Regular e 2º Grau Supletivo, com sede e foro no Município de Ubiratã, o qual convertido em lei tomou o nº 11.841. **Anote-se. Arquivo-se.**

089/97: De autoria do Deputado César Seleme, que declara de Utilidade Pública a Associação Beneficente dos Moradores de Barreirinha - ABEMBAR, com sede e foro nesta Capital, o qual convertido em lei tomou o nº 11.842. **Anote-se. Arquivo-se.**

092/97: De autoria do Deputado Luiz Accorsi, que declara de Utilidade Pública a Associação das Famílias Unidas de Loanda - AFUL, com sede e foro no Município de Loanda, o qual convertido em lei tomou o nº 11.843. **Anote-se. Arquivo-se.**

179/97: De autoria do Deputado Walmor Trentini, que declara de Utilidade Pública a Associação de Pais e Amigos dos Excepcionais - APAE, com sede e foro no Município de Itaúna do Sul, o qual convertido em lei tomou o nº 11.844. **Anote-se. Arquivo-se.**

209/97: De autoria do Deputado João Techy Filho, que declara de Utilidade Pública a Associação dos Agricultores e Produtores de Queimadas, com sede e foro no Município de Prudentópolis, o qual convertido em lei tomou o nº 11.845. **Anote-se. Arquivo-se.**

210/97: De autoria do Deputado João Techy Filho, que declara de Utilidade Pública a Associação dos Agricultores Unidos de Nova Galícia, com sede e foro no Município de Prudentópolis, o qual convertido em lei tomou o nº 11.846. **Anote-se. Arquivo-se.**

226/97: De autoria do Deputado João Techy Filho, que declara de Utilidade Pública a Associação dos Moradores de Linha Paraná, com sede e foro no Município de Prudentópolis, o qual convertido em lei tomou o nº 11.847. **Anote-se. Arquivo-se.**

231/97: De autoria do Deputado José Tavares, que declara de Utilidade Pública a Associação Beneficente dos Poetas Japoneses Haikai, com sede e foro no Município de Londrina, o qual convertido em lei tomou o nº 11.848. **Anote-se. Arquivo-se.**

235/97: De autoria do Deputado Hidekazu Takayama, que declara de Utilidade Pública o Instituto Belém de

Educação e Cultura - IBEC, com sede e foro na Cidade de Faxinal, o qual convertido em lei tomou o nº 11.849. **Anote-se. Arquivo-se.**

254/97: De autoria do Deputado João Techy Filho, que declara de Utilidade Pública a Associação dos Agricultores Unidos de São Pedro, com sede e foro no Município de Prudentópolis, o qual convertido em lei tomou o nº 11.850. **Anote-se. Arquivo-se.**

257/97: De autoria do Deputado João Techy Filho, que declara de Utilidade Pública a Associação dos Produtores Rurais de Peroba, com sede e foro no Município de Prudentópolis, o qual convertido em lei tomou o nº 11.851. **Anote-se. Arquivo-se.**

258/97: De autoria do Deputado João Techy Filho, que declara de Utilidade Pública a Associação dos Agricultores e Produtores de Papanduva de Baixo, com sede e foro no Município de Prudentópolis, o qual convertido em lei tomou o nº 11.852. **Anote-se. Arquivo-se.**

259/97: De autoria do Deputado João Techy Filho, que declara de Utilidade Pública a Associação de Moradores do Meio Rural, com sede e foro no Município de Prudentópolis, o qual convertido em lei tomou o nº 11.853. **Anote-se. Arquivo-se.**

333/97: De autoria do Deputado Luiz Carlos Martins, que concede o título de Cidadão Honorário do Estado do Paraná ao Senhor Antonio Oliveira Santos, o qual convertido em lei tomou o nº 11.854. **Anote-se. Arquivo-se.**

451/97: Do Tribunal de Justiça, que dá nova redação ao Artigo 42 da Lei nº 7.297, de 08 de janeiro de 1980 (Código de Organização e Divisão Judiciárias do Estado do Paraná), o qual convertido em lei tomou o nº 11.855. **Anote-se. Arquivo-se.**

450/97: Do Tribunal de Justiça que extingue e cria cargos no Quadro de Servidores do Poder Judiciário, conforme especifica, o qual convertido em lei tomou o nº 11.856. **Anote-se. Arquivo-se.**

406/97: Do Poder Executivo, que dispõe sobre a Política Estadual dos Direitos do Idoso e adota outras providências, o qual convertido em lei tomou o nº 11.863. **Anote-se. Arquite-se.**

445/97: Do Poder Executivo, que cria o Plano de Carreira, Cargos e Vencimentos - PCCV para servidores do Instituto Agrônomo do Paraná - IAPAR, conforme especifica, o qual convertido em lei tomou o nº 11.864. **Anote-se. Arquite-se.**

262/97: De autoria do Deputado Orlando Pessuti, que declara de Utilidade Pública o Instituto Afro-Brasileiro do Paraná, com sede e foro no Município de Curitiba, o qual convertido em lei tomou o nº 11.865. **Anote-se. Arquite-se.**

Sob o nº 372/97, do Senhor Governador do Estado, encaminhando documentos referentes à complementação da prestação de contas da Companhia Paranaense de Gás - COMPAGÁS, correspondente ao exercício de 1996. **Ao conhecimento da Casa.**

Sob o nº 372/97, do Senhor Governador do Estado, encaminhando documentos referentes à complementação da prestação de contas da Companhia Paranaense de Gás - COMPAGÁS, correspondente ao exercício de 1996. **Ao conhecimento da Casa.**

Sob o nº 1.594/97, do Senhor Artagão de Mattos Leão, Presidente do Tribunal de Contas, encaminhando Relatório de Atividades Desenvolvidas por aquele Tribunal, referente ao 3º trimestre de 1997. **Ao conhecimento da Casa.**

Sob o nº 014/97, do Senhor Domingos Tarço Murta Ramalho, Diretor-Presidente da Paraná Investimentos S/A, encaminhando Relatório de Atividades, da Paraná Investimentos S/A, relativo ao período de 01.01.97 a 30.09.97. **Ao conhecimento da Casa.**

Requerimentos:

REQUERIMENTO Nº 2801
Senhor Presidente.

O Deputado que o presente subscreve, no uso de suas atribuições regimentais e, com fundamento no disposto pelo artigo 187, § 4º do Regimento Interno, REQUER, após ouvido o douto Plenário, dispensa de discussão e votação da redação final para os Projetos nºs 554/97, 592/97, 594/97, 600/97, 602/97 e 603/97, aprovados em 2ª discussão, considerando que os mesmos não sofreram emendas no curso de suas tramitações.

Sala das Sessões, em 17.11.97.

(aa) VALDIR ROSSONI

REQUERIMENTO Nº 2804-A
Senhor Presidente.

Os Deputados que o presente subscrevem, no uso de suas atribuições regimentais, REQUEREM, após ouvido o douto Plenário, a inclusão na Ordem do Dia, do Projeto de Resolução nº 17/97, que autoriza a realização de plebiscito no Distrito de Areia Branca dos Assis, para que a população decida sobre seu desmembramento do Município de Mandirituba, que se encontra em regime de urgência.

Sala das Sessões, em 17.11.97.

(aa) GERALDO CARTÁRIO
ALBANOR GOMES

REQUERIMENTO Nº 2786
Senhor Presidente.

O Deputado que este subscreve, no uso de suas atribuições, REQUER à Mesa, ouvido o Plenário, seja inscrito nos Anais desta Sessão, um voto de profundo pesar pelo falecimento do Doutor Antônio Paulino Teixeira de Freitas, ocorrido ontem, nesta Capital.

Requer mais: que da manifestação desta Casa seja dado conhecimento à família do ilustre extinto.

Sala das Sessões, em 17.11.97.

(a) ANIBAL KHURY

JUSTIFICATIVA:

O Doutor Antônio Paulino Teixeira de Freitas, com 88 anos de idade, de tradicional família curitibana, foi Clínico Geral e Médico Militar. Além de chegar a Coronel-Médico do Exército e vice-Diretor do Hospital Geral de Curitiba, Teixeira de Freitas exerceu por mais de 40 anos a clínica na região das Mercês, atuando como médico de família nos bairros da zona Leste da Capital paranaense.

Tendo sido Médico Militar e Clínico Geral, Teixeira de Freitas observava as deficiências nutricionais e de formação da gente brasileira, se preocupou com a natalidade, tendo produzido um ensaio sobre o assunto: "Política Demográfica no Brasil", aprovado em congresso realizado em Friburgo-RJ, e publicado na década de 70. Expressava naquele estudo sua preocupação com os elevados índices de nascimentos, sobretudo entre as camadas mais pobres da população.

Como Oficial Médico, integrou as Juntas de Inspeção que selecionaram os pracinhas paranaenses e catarinenses oriundos da 5ª Região Militar, que foram servir na Itália, durante a II Guerra Mundial.

Filho de Afonso Augusto e Maria José Teixeira de Freitas, ele descendia de uma família de raízes seculares no Brasil, a mesma do Jurista baiano Augusto Teixeira de Freitas - primeiro Presidente do IBGE e que ofereceu subsídios técnicos a Bento Munhoz da Rocha Neto, quando o magistral tribuno promoveu, na década de 40, a defesa da unidade territorial do Paraná, então ameaçada de desmembramento com a criação do Território do Iguaçu - luta que tivemos que retomar nesta década e com base nos mesmos estudos de Teixeira de Freitas.

Ligado a tradicional família curitibana, o Doutor Antônio Paulino deixa viúva a Excelentíssima Senhora Célia Linhares Teixeira de Freitas e deixa sete filhos (entre eles o Engenheiro Carlos Afonso Teixeira de Freitas, Presidente da SANEPAR; Vera T. F. Guimarães, casada com o Engenheiro Osires Stenghel Guimarães, Presidente da FERROESTE e Superintendente do Porto de Paranaguá; mais os Médicos Sérgio Augusto, Antônio Oswaldo, Luiz Renato e José Carlos e a filha, Maria Isabel T. F. Fleischfresser), mais 21 netos e 8 bisnetos.

Por este registro podemos aquilatar da integridade de caráter e formação familiar do eminente médico e cidadão paranaense que foi o Doutor Antônio Paulino Teixeira de Freitas, cuja vida exemplar ficará como referência para seus descendentes e nosso povo.

REQUERIMENTO Nº 2800

Senhor Presidente.

O Deputado que o presente subcreve, no uso de suas atribuições regimentais, REQUER, após ouvido o douto Plenário, envio de voto de pesar à família de Luís Balbino de Moraes, falecido no último dia 14, no Município de Manguinhos.

Sala das Sessões, em 17.11.97.

(aa) VALDIR ROSSONI

JUSTIFICATIVA:

Tem o presente a finalidade de prestar uma última e singela homenagem a Luís Balbino, pai do Prefeito Municipal de Manguinhos, Elídio Zimmerman de Moraes, que sempre foi um exemplo de honra e honestidade e que, certamente, habitará os pensamentos e ações de seus familiares e de todas as pessoas que tiveram o privilégio de desfrutar de seu convívio.

Pelo exposto, pedimos o apoio dos demais Pares, no sentido de aprovar o presente Requerimento.

REQUERIMENTO Nº 2787

Senhor Presidente.

O Deputado que o presente subcreve, no uso de suas atribuições regimentais, REQUER, após ouvido o douto Plenário, votos de congratulações pela passagem do 34º aniversário de emancipação política de Palmital, em 15 de novembro.

Sala das Sessões, em 17.11.97.

(a) CEZAR SILVESTRI

JUSTIFICATIVA:

A grande extensão, a excelente produção agrícola e pecuária e o interesse dos moradores que formaram entre os pioneiros do Centro-Oeste paranaense, basilararam todo o processo social e político da emancipação de Palmital, que tem justificado plenamente o movimento que a originou.

Pela expressão regional e estadual, merece o povo de Palmital a homenagem ora proposta, para a qual buscamos angariar a simpatia e o apoio unânime dos nobres Pares do Legislativo.

REQUERIMENTO Nº 2790

Senhor Presidente.

O Deputado que o presente subcreve, no uso de suas atribuições regimentais, REQUER, após ouvido o douto Plenário, seja concedido voto de congratulações ao Asilo São Vicente de Paulo, pela comemoração de seus 71 anos de atividade ininterrupta.

Ao longo dos últimos 71 anos, o Asilo São Vicente de Paulo nunca interrompeu suas atividades de assistência aos pobres e a serviço da sociedade. Para comemorar a data, a instituição está realizando uma grandiosa festa entre os dias 10/11 e 01/12.

Requer ainda, que a decisão desta Casa seja dada ciência ao Asilo São Vicente de Paulo, sito à Rua Júlio de Castilhos, 1104, em Ponta Grossa.

Sala das Sessões, em 17.11.97.

(a) LUIZ CARLOS ZUK

REQUERIMENTO Nº 2791

Senhor Presidente.

O Deputado que o presente subcreve, no uso de suas atribuições regimentais, REQUER, após ouvido o douto Plenário, seja concedido voto de congratulações ao Grupo Folclórico Zoriá, por ter representado o Estado do Paraná no 2º Encontro da Cultura Brasileira.

O encontro foi promovido pelo Ministério da Cultura e contou com apresentações variadas que tinham como objetivo divulgar tudo que se faz em termos de cultura no Brasil.

O Grupo Zoriá foi criado pela união de cinco amigos que queriam divulgar o folclore e as tradições da Ucrânia.

Requer ainda, que a decisão desta Casa, seja dada ciência ao Grupo Folclórico Zoriá, em nome do Presidente Jorge Soistak; do coreógrafo Luciano Salamacha e aos demais integrantes do Grupo, sito a Rua Santos Dumont, 1110 (Prospect Consultoria), em Ponta Grossa.

Sala das Sessões, em 17.11.97.

(a) LUIZ CARLOS ZUK

REQUERIMENTO Nº 2792

Senhor Presidente.

O Deputado que o presente subcreve, no uso de suas atribuições regimentais, REQUER, após ouvido o douto Plenário, seja concedido voto de congratulações ao Município de Cândido de Abreu, pela comemoração do 43º aniversário de emancipação política.

O Município de Cândido de Abreu foi emancipado em 26 de novembro de 1954, e para festejar 43 anos desta fato, a atual administração está promovendo uma série de eventos, entre eles, desfiles, shows, feira e exposição.

Requer ainda, que a decisão desta Casa seja dada ciência ao Prefeito Municipal de Cândido de Abreu, Richard Golba; à Câmara de Vereadores e a população em geral, sito na Avenida Paraná-03, em Cândido de Abreu-PR.

Sala das Sessões, em 17.11.97.

(a) LUIZ CARLOS ZUK

REQUERIMENTO Nº 2793

Senhor Presidente.

O Deputado que o presente subcreve, no uso de suas atribuições regimentais, REQUER, após ouvido o douto Plenário, que sejam registrados nos Anais da Sessão de hoje, voto de congratulações ao Município de Janiópolis - PR, alusivos as comemorações do 35º aniversário de emancipação política, nos dias 10 a 14 de novembro corrente.

Requer ainda que do presente se dê ciência ao Presidente da Câmara Municipal, Vereador Almir Gonçalves Barros, através de correspondência a ser encaminhada à Rua Rui Barbosa, 286, CEP 87380-000, Janiópolis - PR.

Sala das Sessões, em 17.11.97.

(a) ORLANDO PESSUTI

REQUERIMENTO Nº 2794

Senhor Presidente.

O Deputado que o presente subcreve, no uso de suas atribuições regimentais, REQUER, após ouvido o douto Plenário, que sejam registrados nos Anais da Sessão de hoje, voto de congratulações ao Município de Janiópolis - PR, alusivos as comemorações do 35º aniversário de emancipação política, nos dias 10 a 14 de novembro corrente.

Requer ainda que do presente se dê ciência ao Prefeito Municipal, Senhor Júlio Batista Guimarães, através de correspondência a ser encaminhada à Rua Rui Barbosa, 286, CEP 87380-000, Janiópolis - PR.

Sala das Sessões, em 17.11.97.

(a) ORLANDO PESSUTI

REQUERIMENTO Nº 2795

Senhor Presidente.

O Deputado que o presente subcreve, no uso de suas atribuições regimentais, REQUER, após ouvido o douto Plenário, que sejam registrados nos Anais da Sessão de hoje, voto de congratulações à Associação Nacional de Clínicos Veterinários de Pequenos Animais Regional do Paraná - ANCLIVEPA-PR, alusivos à realização do XIX Con-

gresso Brasileiro de Clínicos Veterinários de Pequenos Animais, nos dias 16 a 21 de novembro corrente.

Requer ainda que do presente se dê ciência ao Presidente daquela Associação, através de correspondência a ser encaminhada à Rua Cel. Francisco H. dos Santos, 1233, CEP 81530-000, Curitiba, PR.

Sala das Sessões, em 17.11.97.

(a) ORLANDO PESSUTI

REQUERIMENTO Nº 2796

Senhor Presidente.

O Deputado que o presente subcreve, no uso de suas atribuições regimentais, REQUER, após ouvido o douto Plenário, que sejam registrados nos Anais da Sessão de hoje, voto de congratulações ao Jornal "Paraná Centro", alusivos à realização do projeto "Exaltação ao Centro do Paraná", no último dia 13 de novembro.

Requer ainda que do presente se dê ciência ao Diretor daquele jornal, Senhor Miguel Amaral, através de correspondência a ser encaminhada à Rua Profª Diva Proença, 1105, CEP 86879-000, Ivaiporã - PR.

Sala das Sessões, em 17.11.97.

(a) ORLANDO PESSUTI

REQUERIMENTO Nº 2799

Senhor Presidente.

O Deputado que o presente subcreve, no uso de suas atribuições regimentais, respeitosamente REQUER, após ouvido o douto Plenário, votos de congratulações ao Senhor Cláudio Cezar de Matos, liderança comunitária em Santa Izabel do Ivaí, pelos relevantes serviços prestados ao município nas áreas da saúde e habitação.

Sala das Sessões, em 17.11.97.

(a) LUIZ CLAUDIO ROMANELLI

JUSTIFICATIVA:

Cláudio Cezar de Matos, natural de Santa Izabel do Ivaí, nascido em 29 de outubro de 1972, casado com Aparecida Claudete R. Matos, com quem formou uma família com dois filhos - Dertolino Rodrigues e André Abort.

Cezar é uma das principais lideranças comunitárias do Noroeste do Estado, desenvolvendo suas atividades em seu município e Região. Em 1991 passou a estudar e participar de atividades na área de moradia popular, em virtude da construção de um conjunto habitacional em seu município, do Pro-

grama de Ação Imediata para Habitação - PAIH, conjuntos construídos no governo Collor de Mello.

Antes mesmo da entrega das unidades aos moradores, a população já percebia que algo não estava correto naquele empreendimento. Diversos problemas eram encontrados e os futuros moradores iniciaram um processo de organização. À frente deste movimento está o futuro morador do conjunto habitacional de Santa Izabel do Ivaí, Cezar Matos.

Cezar fundou e ainda preside a Associação de Moradores do Conjunto Habitacional Santa Izabel do Ivaí. Com a organização do movimento dos mutuários no município, Cezar passou a mobilizar outros conjuntos habitacionais em outras cidades, passando assim a integrar o grande movimento dos mutuários do Paraná, coordenado então pela Federação das Associações de Moradores do Estado do Paraná - FAMOPAR, entidade em que Cezar ocupou vários cargos de importância.

Cezar continua sua luta comunitária em Santa Izabel do Ivaí, com a experiência adquirida no movimento dos mutuários, passou a organizar e participar de outros movimentos, destacando-se no movimento pela Saúde Pública de Qualidade.

Atualmente ocupa a presidência do Conselho Municipal de Saúde, função conquistada pela dedicação, desprendimento, estudo dos problemas e liderança que exerce na comunidade.

Cezar atua ainda em diversos outros setores, na Igreja Católica, é Coordenador de Comunidades Eclesiais de Base, local e regional, é Coordenador da Pastoral Operária local e da Comissão Pastoral da Terra, local, é membro dos Conselhos Municipais de Assistência Social e de Segurança Pública.

Para sustentar sua luta em defesa dos mutuários do Sistema Financeiro da habitação - SFH, em seu município e no Noroeste do Estado, Cezar fundou com outras lideranças a União por Moradia Popular do Estado do Paraná - UMP, entidade criada para mobilizar e defender os sem teto e mutuários do SFH.

Cláudio Cezar de Matos, é merecedor de homenagens desta Casa de Leis, pela contribuição que dá ao progresso, qualidade de vida e resgate da

cidadania dos moradores de Santa Izabel do Ivaí.

REQUERIMENTO Nº 2788

Senhor Presidente.

O Deputado que o presente subcreve, no uso de suas atribuições regimentais, REQUER, após ouvido o Plenário, envio de expediente com votos de congratulações ao Prefeito Municipal de Guaraniaçu, Senhor Luiz Moraes de Jesus, pela passagem de emancipação política do município, dia 14 de novembro de 1997.

Requer ainda, que da decisão desta Casa, seja dada ciência também ao Senhor vice-Prefeito e Vereadores, para que em nome do Poder Legislativo, recebam os cumprimentos toda a população de Guaraniaçu.

Sala das Sessões, em 17.11.97.

(a) NEREU MOURA

JUSTIFICATIVA:

Foi a partir da ocupação dos campos guarapuavanos, no começo do século passado, que o povoamento progrediu para a Região Oeste paranaense.

No ano de 1934 foi criado o Distrito Judiciário de Guaraniaçu. A revolução tenentista deixou seqüelas no município, pois ao cruzar o território guaraniaçuano, as tropas revolucionárias enfrentaram-se com os legalistas, em combates fratricidas, de que resultaram pesadas baixas em ambos os lados. Tudo isto sem contar o estado de pânico em que ficou a comunidade local.

Guaraniaçu também participou do período em que foi criado o Território Federal do Iguaçu. Este fato teve o seu lado positivo, e ajudou a fortalecer o fluxo migratório na região, notadamente de famílias vindas do Estado do Rio Grande do Sul e Santa Catarina.

Criado em 14 de novembro de 1951, com território desmembrado de Laranjeiras do Sul, o município desde o seu início caminha a largas passadas em direção ao progresso.

Alicerçado na agricultura que é a base do município, os habitantes que lá residem possuem o indisfarçado orgulho de pertencerem a uma localidade que mesmo neste período de extrema dificuldade, tem obtido resultados significativos e concretos, como exemplos podemos citar a justiça social, o comércio forte, a educação atendendo os quatro cantos do município e a

agricultura que anualmente exporta para vários Estados, diversos produtos alimentícios que diariamente estão à mesa, saciando a fome de paranaenses e brasileiros.

Por tudo que o município passou para chegar à privilegiada posição em que se encontra, por tudo o que Guaraniaçu representa para o nosso Estado, a Assembléia Legislativa do Paraná cumpre com o seu dever de registrar nos Anais desta Casa de Leis, a passagem da importante data, que vem a ser o seu aniversário.

REQUERIMENTO Nº 2802

Senhor Presidente.

O Deputado que o presente subcreve, no uso de suas atribuições regimentais, REQUER, após ouvido o Plenário, o envio de expedientes ao Governador do Estado do Paraná, Excelentíssimo Senhor Jaime Lerner e ao Secretário de Estado dos Transportes, Senhor Heinz Georg Herwig, solicitando que dentro da Ação Programática da definição e consolidação de uma estrutura básica para o Estado, ao longo de um anel de integração, sejam priorizados os trechos das rodovias Cascavel/Toledo/Guaíra e Maringá/Umuarama/Guaíra.

Sala das Sessões, em 17.11.97.

(a) DUÍLIO GENARI

JUSTIFICATIVA:

São rodovias que integram o Oeste e Noroeste, de grande importância na geração de riquezas para o Estado do Paraná, que merecem atendimento imediato dentro da programação governamental.

REQUERIMENTO Nº 2798

Senhor Presidente.

O Deputado que o presente subcreve, no uso de suas atribuições regimentais, respeitosamente REQUER, após ouvido o duto Plenário, pedido de informações ao Excelentíssimo Senhor Secretário de Estado da Fazenda, fazendo os seguintes questionamentos:

1. Quais as atividades desenvolvidas pela Comau do Brasil Indústria e Comércio Ltda e Geico do Brasil Ltda.?
2. Qual a relação de créditos gerados entre estas duas empresas e destas com a Renault do Brasil Automóveis Ltda., conforme termos do acordo 1507 e 1508?

3. Quais os créditos gerados até a presente data, objeto dos termos de acordo 1507 e 1508?

Sala das Sessões, em 17.11.97.

(a) LUIZ CLAUDIO ROMANELLI

JUSTIFICATIVA:

"AT EDITORIA POLÍTICA

Materia para publicação no DOMINGO, dia 16

Assunto: Romanelli quer explicações sobre novos benefícios à Renault

O Deputado Luiz Claudio Romanelli apresenta na próxima segunda-feira, dia 17, na Assembleia Legislativa, pedido de informações ao Secretário da Fazenda, Giovanni Gionédis, para que o Governo do Estado esclareça os benefícios concedidos à Renault do Brasil Automóveis Ltda e às empresas Comau do Brasil Indústria e Comércio Ltda e Geico do Brasil Ltda, conforme termos de acordo 1507 e 1508, publicados nos Diário Oficial do dia 24 de outubro.

Segundo a publicação, os termos dos acordos firmados entre o governo e as três empresas autorizam a transferência de créditos acumulados em conta gráfica e o diferimento do pagamento do ICMS e estabelecem que o crédito poderá ser transferido até o limite de 100% para fornecedores e prestadores de serviço estabelecidos no Paraná, para a Renault do Brasil Automóveis, para a Geico, para a Comau e para operações triangulares entre elas.

O Governo precisa explicar detalhadamente este acordo. As duas empresas, Comau do Brasil e Geico do Brasil estão instaladas num mesmo endereço comercial, de um escritório de advocacia, em Curitiba. Uma ocupa a sala A e a outra a sala B. A Comau do Brasil tem um capital social de R\$ 3 milhões e 100 mil. Deste total, foi destacado um total de R\$ 1 mil para a abertura da filial de Curitiba. A Geico do Brasil Ltda tem um capital social de R\$ 202.950,00, sendo que para atender as despesas da abertura da filial de Curitiba foi destacado do capital social R\$ 5 mil. Segundo o contrato registrado na Junta Comercial, o Geico será administrada pela Comau. Isto é no mínimo muito estranho

e queremos que o Secretário da Fazenda explique à Assembleia Legislativa a concessão desses benefícios a estas empresas', afirmou Romanelli.

Segundo o Deputado, o Governo do Estado está dando benefícios excessivos às empresas multinacionais dispostas a investir no Estado, sem prestar contas à sociedade, enquanto abandona os empresários paranaenses à própria sorte. 'Um exemplo claro da inversão de prioridades do Governo é o acordo firmado com a multinacional Detroit Diesel Motores do Brasil. O Governo está dando um empréstimo de R\$ 10 milhões à multinacional, equivalente a um terço do investimento. Para cada um dos 180 empregos a serem gerados, o Governo investirá US\$ 3 mil, num total aproximado de R\$ 600 mil. A tarifa de energia elétrica será diferenciada, 25% mais barata. A Detroit Diesel terá isenção de ICMS na importação de equipamentos e os créditos de ICMS serão transformados em moeda de troca, a exemplo do feito com a Renault. Enquanto isso, o Governo arrocha a fiscalização sobre as pequenas e médias empresas paranaenses. Há dinheiro para pagar o treinamento dos funcionários da Detroit mas os servidores do Quadro Geral do Estado estão sem reajuste há dois anos e meio e o Governo não irá socorrer as Prefeituras em dificuldades para pagar o 13º dos funcionários municipais. Para as multinacionais, empréstimos por 10 anos sem juros ou correção monetária. Para os empresários paranaenses, nenhum crédito. Para os estrangeiros, vantagens e acordos mal explicados. Para os credores e fornecedores do Estado, o calote', denuncia Romanelli."

Projetos de Lei:

PROJETO DE LEI Nº 650/97

A Assembleia Legislativa
do Estado do Paraná

D E C R E T A:

Art. 1º - As concessionárias de serviço público e os órgãos da administração direta e indireta estaduais deverão colocar nos seus veículos, em lugar bem visível, adesivo, pintura, faixa plástica ou semelhante, indagando como eles estão sendo dirigidos e

colocando os respectivos números de telefone para eventuais reclamações.

Art. 2º - A pessoa que deixar de cumprir o disposto no artigo anterior, está sujeita a multa no valor de 120 (cento e vinte) UFIR's, em dobro no caso de reincidência.

Art. 3º - Compete à Secretaria dos Transportes a fiscalização do disposto na presente lei e a imposição da multa prevista no artigo anterior.

Parágrafo Único - O valor da multa será corrigido no primeiro dia útil de cada mês pela variação da UFIR ou, na sua falta, pelo índice legal de correção dos débitos fiscais estaduais.

Art. 4º - Esta lei entrará em vigor 90 (noventa) dias após a sua publicação.

Sala das Sessões, em 17.11.97.

(a) CEZAR SILVESTRI

JUSTIFICATIVA:

O presente Projeto de Lei estabelece que as concessionárias de serviço público e os órgãos da administração direta e indireta estaduais deverão afixar nos seus veículos adesivo, pintura, faixa plástica ou equivalente, indagando como eles estão sendo dirigidos e colocando o respectivo número de telefone para eventuais reclamações.

É a obrigatória inclusão da conhecida expressão: "Como estou dirigindo? Ligue..." em todos os veículos de entidades públicas e concessionárias de serviço público do Estado do Paraná.

Elas deverão colocar nos seus veículos o número de um telefone da própria entidade pública ou da concessionária, encarregado de receber as reclamações.

Grande número desses veículos já contém esta indagação, o que faz com que o presente Projeto de Lei só vá alcançar aquelas entidades que até agora não adotaram o procedimento.

Trata-se de um providência comum no âmbito das empresas privadas, com bons resultados.

O presente Projeto de Lei visa proteger o patrimônio das entidades públicas e das concessionárias contra os maus motoristas.

Ele não tem o propósito de criar restrições, encargos ou embaraços as suas atividades.

A colocação do "Como estou dirigindo? Ligue..." nesses veículos tem vários aspectos positivos: a) promove a segurança do trânsito e ajuda na prevenção de acidentes; b) estimula o exercício dos direitos da cidadania nessa área, fazendo com que as pessoas tenham consciência sobre a necessidade da educação para o trânsito e colaborem com as entidades públicas e concessionárias em geral na conservação de um patrimônio efetivamente destinado a servir ao público; c) promove, embora indiretamente, a seleção de bons motoristas, eliminando os imprudentes e negligentes.

Toda regra deve ter uma sanção, sob pena de correr o risco de tornar-se ineficaz.

Então, o Projeto de Lei estabelece uma multa de 120 UFIR's no caso de desobediência a sua determinação, calculada em função de cada veículo, devida em dobro quando há reincidência.

A sua imposição caberá ao órgão competente da Secretaria dos Transportes, na condição de entidade integrante da administração pública do Estado do Paraná que têm a atribuição, inclusive, de fiscalização dos serviços concedidos de transporte intermunicipal.

A multa foi estipulada levando em consideração o sistema de multas recentemente instituído pelo Código de Trânsito Brasileiro (Lei nº 9.503, de 23 de setembro de 1997), que entrará em vigor no ano que vem. A multa imposta (120 UFIR's) é a que vale para as chamadas infrações de trânsito de natureza graves (artigo 258).

O presente Projeto de Lei, finalmente, não importará em despesa considerável aos destinatários da regra.

Primeiro porque a indagação "Como estou dirigindo? Ligue..." pode ser feita por adesivo, faixa plástica ou equivalente.

Segundo porque as entidades públicas e as concessionárias de serviço público economizarão recursos, pois os cidadãos acabarão tornando-se fiscais de seus veículos, com a finalidade de preservá-los e conservá-los.

É a justificativa.

PROJETO DE LEI Nº 651/97

A Assembléia Legislativa
do Estado do Paraná

D E C R E T A:

Art. 1º - Fica criada a Área de Proteção Ambiental - APA, no trecho denominado Arroio Arujá, situado a oeste do Município de São José dos Pinhais.

Parágrafo Único - A Área de Proteção Ambiental - APA, supra mencionada, apresenta as seguintes delimitações:

• Inicia no Bairro Costeira, na interseção da Rua Dr. Murici com a Estrada Municipal, denominada Rua Antonio Moletta Filho, que segue para a localidade de Barro Preto, até encontrar a Estrada do Barro Preto, também conhecida como antiga Estrada de Joinville; segue por esta até a rodovia BR-376, rumo a noroeste até a Estrada Municipal que vai para a Colônia Zacarias. Continua até o cruzamento com outra Estrada Municipal, que inicia no Contorno Sul até a localidade denominada Colônia Zacarias, seguindo em linha reta até o Rio Miringuava, posicionando-se a norte deste, até os limites do Município. Segue o Rio Miringuava à jusante até o Rio Iguaçu. Do Rio Iguaçu segue, à montante, até o Contorno Sul; deste, na direção leste até chegar a Rua Francisco Dal'Negro, seguindo até a Estrada Campina e, por esta, até a rodovia BR-376, de onde segue pela Estrada Municipal denominada de Júlio Rocco até a Estrada do Barro Preto. A continuidade desta Bacia estende-se até a Rua João Zarpellon, seguindo por esta até a Rua Dr. Murici, completando-se no ponto inicial do perímetro.

Art. 2º - Na implantação e funcionamento da Área de Proteção Ambiental do Arujá a Secretaria Estadual do Meio Ambiente adotará as seguintes medidas prioritárias:

- I. utilizar os instrumentos legais e incentivos financeiros de instituições públicas ou privadas, definindo e implantando o Plano de Manejo, para assegurar a proteção e uso racional do solo;
- II. aplicar medidas legais, educativas e de fiscalização destinadas a im-

pedir o exercício de atividade causadora de degradação ambiental e de alteração de qualidade da água destinada ao abastecimento público, em concordância com a Lei Estadual nº 8.014;

- III. divulgar as medidas previstas nesta lei, objetivando o esclarecimento da comunidade sobre a APA e sua finalidade;
- IV. disciplinar o uso adequado da água em atividades não poluidoras e que não comprometem o volume natural de vazão;
- V. estimular a recuperação e preservação das matas ciliares;
- VI. desenvolver programas de conservação do solo; e
- VII. incentivar programas de educação ambiental.

Art. 3º - Caberá a autoridade competente estadual, num prazo não superior a 180 (cento e oitenta) dias da promulgação da presente lei, proceder a delimitação oficial da área de abrangência da Área de Preservação Ambiental do Arujá, bem como a normatização do seu uso.

Art. 4º - Esta lei entrará em vigor na data de sua publicação, revogadas as disposições em contrário.

Sala das Sessões, em 17.11.97.

(aa) ANIBAL KHURY

LUIZ CLAUDIO ROMANELLI

JUSTIFICATIVA:

A Área de Proteção Ambiental - APA, trata-se de uma unidade de conservação destinada a proteger e conservar a qualidade ambiental e os sistemas naturais, visando a melhoria da qualidade de vida da população local e a proteção dos ecossistemas regionais.

A criação de uma Área de preservação Ambiental Estadual no Arroio do Arujá, no Município de São José dos Pinhais, se faz urgente, tendo em vista projeto municipal de estabelecer loteamentos populares no local. Ressalte-se que a área especificada tornou-se APA municipal por força da Lei 045/95.

Em geral, as APA's englobam diversas propriedades privadas, sob supervisão governamental, podendo incluir trechos de domínio público. Como trata-se de uma área de uso regulamentado, a APA não exige desapropriação das áreas abrangidas.

As Áreas de Preservação Ambiental têm como objetivos principais a preservação de belezas naturais, a proteção de recursos hídricos e bacias hidrográficas, notadamente os mananciais de abastecimento público, a promoção do ecoturismo e o fomento do uso auto-sustentado dos recursos naturais. Detém ainda, como objetivos secundários, a preservação dos ecossistemas naturais, o manejo racional dos recursos naturais, a promoção de estudos científicos e de educação ambiental e o monitoramento ambiental.

O Projeto de Lei nº 56/97, de autoria do Prefeito Municipal, visa alterar a supra citada Lei 045/95, transformando a APA municipal do Arujá, que contém mananciais de água, em área de loteamento popular.

Para que isto possa ser evitado deverão ser obrigatoriamente previstas no zoneamento da APA Estadual do Arujá criada, as vedações e proibições na sua área de abrangência, como:

- a) atividades agrossilvopastoris em desacordo com a aptidão das terras, sendo consideradas atividades predatórias;
- b) a prática irracional da atividade madeireira, só sendo tolerado o manejo auto-sustentado da floresta e de acordo com o previsto no Código Florestal;
- c) a implantação de atividades industriais potencialmente poluidoras, capazes de afetar os mananciais de água;
- d) a realização de obras de terraplanagem, quando importarem em sensível alteração das condições ecológicas locais;
- e) o exercício de atividades capazes de provocar acelerada erosão da terra ou acentuado assoreamento das coleções hídricas;
- f) o uso de biocidas;
- g) a mineração que importe em remoção de grande quantidade de solo.

Como outras recomendações, citamos as penalidades previstas nas Leis 6.902 de 27/04/81 e 6.938 de 31/08/81.

PROJETO DE LEI Nº 652/97

A Assembléia Legislativa
do Estado do Paraná

D E C R E T A:

Art. 1º - Fica o Poder Executivo autorizado a instalar em Casas de Saú-

de Conveniadas ou em parceria com Instituições de e Para Portadores de Deficiência através da Secretaria de Estado da Saúde, Centros de Atendimento Especializado de Odontologia, para atendimento a pessoas portadoras de deficiência, nas 22 Regionais de Saúde do Estado do Paraná.

Art. 2º - O Centro deve estar equipado de dois consultórios odontológicos, um centro cirúrgico com equipamentos, material de anestesia geral para procedimentos à pacientes portadores de deficiência severa com sala de recuperação.

Art. 3º - O atendimento deve atingir todas as faixas etárias e deficiências e deverá ser gratuito, destinado à população portadora de deficiência carente.

Art. 4º - Os profissionais que atuarão deverão ser capacitados na área de deficiência.

Art. 5º - Esta lei entrará em vigor na data de sua publicação, revogadas as disposições em contrário.

Sala das Sessões, em 17.11.97.

(a) CÉSAR SELEME

JUSTIFICATIVA:

Uma das maiores lacunas que a saúde de nosso Estado apresenta é a falta de atendimento odontológico especializado para a pessoa portadora de deficiência.

Famílias e instituições encontram extrema dificuldade para o atendimento de pessoas portadoras de deficiência, principalmente portadores de deficiência mental quando necessitam de atendimento odontológico, seja por falta de serviços de saúde, seja por falta de profissionais capacitados.

Alguns serviços são ofertados por Universidades, porém não suprem a demanda, bem como quando há necessidade de procedimento cirúrgico em portadores de deficiência mental severa.

Cabe ressaltar que 10% da população do Estado é portadora de algum tipo de deficiência mental.

Quando a família tem condições financeiras e informações, ainda se resolve, porém a maior demanda é de clientela carente e desinformada, algumas instituições conseguem alguns profissionais abnegados que atuam gra-

ciosamente, porém não podemos mais fechar os olhos a uma situação em que pessoas perecem por falta do serviço e que nada mais é que um direito constitucional, ou seja, direito a saúde.

PROJETO DE LEI Nº 653/97

A Assembléia Legislativa
do Estado do Paraná

D E C R E T A:

Art. 1º - As salas de projeções, teatros e os espaços culturais no Estado do Paraná que utilizam assentos para platéia, deverão reservar 3% (três por cento) desse lugares para utilização por pessoas obesas.

Art. 2º - As empresas concessionárias de transporte coletivo municipal e intermunicipal com sede no Estado do Paraná, deverão reservar no mínimo 02 (dois) lugares em cada veículo, para o atendimento do disposto nesta lei.

Art. 3º - Os lugares reservados de que tratam os artigos anteriores, consistirão em assentos especiais, de forma a garantir o conforto físico compatível para as pessoas objeto desta lei.

Art. 4º - Os responsáveis pelos decretos abrangidos pelas obrigações impostas por esta lei, terão o prazo de 120 (cento e vinte) dias, contados de sua publicação, para adequarem-se aos preceitos nela contidos.

Art. 5º - O Poder Executivo regulamentará a presente lei no prazo de 90 (noventa) dias, contados de sua publicação.

Art. 6º - Esta lei entrará em vigor na data de sua publicação, revogadas as disposições em contrário.

Sala das Sessões, em 17.11.97.

(a) LUIZ CARLOS MARTINS

JUSTIFICATIVA:

A proposição que ora submetemos a esta colenda Casa de Leis, visa garantir à população obesa lugares reservados nas áreas mencionadas.

A necessidade de tal regulamentação se justificaria por si só, eis que é notória a falta de assentos adequados para estas pessoas, as quais ficam impossibilitadas de se locomove-

rem utilizando transporte coletivo, bem como de assistirem espetáculos culturais em função da não adaptação aos assentos comuns oferecidos para a população em geral.

Pelos motivos acima expostos, apresentamos a presente proposição, para a qual contamos com o apoio dos nobres Pares que compõem este Parlamento.

O SENHOR PRESIDENTE (Anibal Khury) -

A Mesa registra a presença dos Vereadores Inácio e Crimério de Umarama, a convite do Deputado Nelson Garcia. Sejam bem-vindos à Casa.

No Pequeno Expediente, concedo a palavra ao primeiro orador inscrito, Senhor Ângelo Vanhoni.

O SR. ÂNGELO VANHONI - Senhor Presidente, Senhores Deputados.

Uso a tribuna para fazer dois registros que acho bastante relevantes para a Assembléia e para toda comunidade do Estado do Paraná.

Em primeiro lugar, a respeito do resultado da eleição na Universidade Federal do Paraná. Houve o pleito de renovação do Reitor da Universidade - a mais antiga do País - e concorreram quatro candidatos: o Professor Aldair Rizzi; a Professora Acácia Kuenzer; a Professora Maria Amélia e o Professor Carlos Antunes. Saiu vitorioso o Professor Carlos Antunes, em todos os segmentos da Universidade Federal, porque a votação é constituída dos professores, dos técnicos administrativos e dos estudantes. O Professor Carlos Antunes saiu vitorioso e recebeu a maioria dos votos nos três segmentos da Universidade: tanto dos técnicos administrativos quanto dos professores e dos estudantes. Em segundo lugar ficou a Professora Maria Amélia, do Departamento de Educação, que tinha na sua vice-Presidência o Professor Ivo Brant e em terceiro lugar ficou a Professora Acácia Kuenzer, também do Departamento de Pedagogia e sua vice foi a Professora Isaura. Em quarto lugar ficou o Professor Aldair Rizzi, que teve como seu vice o Professor da área de Agronomia o Professor Vilsmar.

Então, só gostaria de registrar este fato. Acho que a eleição foi uma demonstração da participação democrática da comunidade e com o objetivo - e tive oportunidade de participar de

um debate que aconteceu na Universidade o grande debate que a Universidade faz hoje, é da sua preservação enquanto instituição pública, enquanto uma instituição que possa garantir o acesso da educação, do ensino e da pesquisa para a maioria do povo paranaense, do povo brasileiro.

E a grande discussão que se faz em função dos déficit da diminuição que o Estado vem fazendo no financiamento da educação pública, sobretudo na pesquisa de ensino superior, da discussão de como que a Universidade, nestes momentos de crise, pode discutir com a comunidade, com a iniciativa privada, fórmulas que possam ajudar no financiamento da educação sem comprometer a autonomia da universidade pública.

Então cabe aqui registrar o aplauso à candidatura do Professor Carlos Antunes que saiu-se vitorioso. E tenho certeza que contará com o apoio de toda a comunidade universitária, para que nesses próximos quatro anos faça uma gestão que possa estar à altura dos desafios que hoje o povo do Estado do Paraná tem, no sentido de ir buscar a melhoria do ensino público e gratuito.

Outra razão que me traz à tribuna é a declaração que vejo estampado nas páginas de jornais de sábado, quando o Governador do Estado do Paraná, Jaime Lerner, anuncia a suspensão dos estudos para a construção de uma usina termoeleétrica na Cidade de Paranaguá e/ou na Cidade de Pontal do Paraná. Quero deixar claro que, em nome da Bancada do PT, e acredito que em diversos segmentos da sociedade - queremos aplaudir a decisão do Governador - porque no nosso entendimento, uma termoeleétrica movida a carvão, instalada na pequena Serra do Mar que temos no litoral do Paraná, os danos ecológicos, os riscos ecológicos que esta termoeleétrica poderia trazer ao Estado do Paraná e à Mata Atlântica são incalculáveis.

Acho que, sem levar em consideração o potencial energético do Paraná, que já exporta 60% da sua energia produzida em território paranaense, é desnecessário dizer que precisaríamos estudos mais aprofundados da necessidade da instalação de uma termoeleétrica com capacidade de 700 MW, capacidade igual a da Usina de Salto Ca-

xias, que ainda não começou a funcionar, que deve começar a funcionar agora no início de 1999 - vejo que a decisão do Governador foi acertada. Nesse sentido, cabe aqui o registro e as nossas congratulações com o Governador, por ter suspenso a possibilidade de de uma usina termoeleétrica movida a carvão se instalar no litoral paranaense.

Era isso, Senhor Presidente, Senhores Deputados.

O SENHOR PRESIDENTE (Anibal Khury) - Encerrado o Horário do Grande Expediente.

Passamos ao Horário das Lideranças. Consulto as Lideranças: PMDB.

Com a palavra, o Deputado Orlando Pessuti.

O SR. ORLANDO PESSUTI - Senhor Presidente, Senhores Deputados.

Comparecemos à tribuna nesta tarde de hoje, para, em nome da Bancada do PMDB, na condição de Líder, manifestar toda a alegria e todo contentamento que temos nós do PMDB no dia de hoje, pela oportunidade que tivemos de realizar, no dia de ontem, na sede do nosso Partido, à Avenida Vicente Machado, uma magnífica e brilhante convenção municipal do nosso Partido, aqui em Curitiba.

As notícias que vinham sendo veiculadas ao longo dos últimos dias, procuravam demonstrar por todos os meios, que o PMDB estava a desenvolver uma intriga muito grande, que estava a construir uma desunião muito grande.

Pudemos observar no dia de ontem, já que lá estivemos pessoalmente, no período da tarde, acompanhando o desenrolar da convenção partidária, lá também esteve durante todo o dia, desde o início até o final da convenção, o Deputado Luiz Claudio Romanelli, e o que pudemos constatar, foi uma das convenções mais disputadas, é bem verdade, mas uma convenção onde certamente o princípio democrático prevaleceu.

É lógico que em todos os espaços onde uma disputa acontece, em alguns momentos pode-se constatar o acirramento dos ânimos, mas em nenhum momento pudemos observar que aquela convenção, conduzida pelo - até então Presidente do Diretório Municipal - Pedro Longo, e posteriormente, na eleição do Diretório Municipal e da Executiva,

pelo companheiro Tacílio Ribeiro, em nenhum momento a convenção perdeu seu rumo, em nenhum momento houve a presença do tumulto generalizado, como alguns pretendiam - talvez - que acontecesse.

E o resultado final desta convenção foi aquele que estávamos aguardando e esperando, a eleição do companheiro, Deputado Federal Maurício Requião, para Presidência do Diretório Municipal de Curitiba, ao lado de outros valorosos companheiros que estarão compondo a nossa Comissão Executiva Municipal, e de todos aqueles que compõem o Diretório Municipal, a suplência desse Diretório, a Comissão de Ética e o Conselho Fiscal, certamente o companheiro Maurício Requião terá a oportunidade de reaglutinar todas as forças vivas peemedebistas da Capital paranaense, de reaglutinar esse Partido em torno de uma proposta e de um programa, e de fazer com que o nosso Partido, o PMDB, a partir do nosso Presidente eleito, Maurício Requião, possa ser sim, com toda a certeza, ao lado dos nossos Vereadores com assento na Câmara Municipal, ao lado dos Deputados Estaduais que atuam politicamente na Capital, ser o Maurício Requião um contraponto a tudo aquilo que deixa de fazer a administração municipal em termos de Curitiba.

E por que não dizer também, ser um balizador daquelas propostas, daquele programa que o PMDB sempre teve em favor da Capital, em favor da Região Metropolitana.

O PMDB de Curitiba e o PMDB do Paraná saem fortalecidos desta convenção, saem fortalecidos da disputa, e certamente daqui para frente, teremos mais tranquilidade, mais condições para, desde já, irmos articulando o nosso Diretório Estadual, e acima de tudo, irmos articulando e dinamizando a candidatura do nosso futuro Governador do Paraná, hoje Senador, Roberto Requião.

Quero, em nome do PMDB e desta Casa, estender os meus cumprimentos ao Maurício Requião e a todos aqueles que se elegeram para o Diretório Municipal do PMDB de Curitiba, na certeza de que juntos faremos um trabalho, não só a favor de Curitiba, não só a favor da Região Metropolitana, mas acima de tudo um trabalho em favor do Paraná.

O SENHOR PRESIDENTE (Anibal Khury) -
PDT. PFL. PL. PSDB. PT. PTB.
PPB. Liderança do Governo.
(Declina).

Está encerrada a hora do Expediente.

Passa-se à

ORDEM DO DIA,
com a presença de 54 Senhores Deputados.

Sobre a mesa, Projeto de Lei de autoria do Senhor Deputado Cezar Silvestri, constante do expediente. Necessita de apoio. **Apoiado.** À Diretoria Legislativa.

Projeto de Lei de autoria dos Senhores Deputados Anibal Khury e Luiz Claudio Romanelli, constantes do expediente. Necessita de apoio. **Apoiado.** À Diretoria Legislativa.

Projeto de Lei de autoria do Senhor Deputado César Seleme, constante do expediente. Necessita de apoio. **Apoiado.** À Diretoria Legislativa.

Projeto de Lei de autoria do Senhor Deputado Luiz Carlos Martins, constante do expediente. Necessita de apoio. **Apoiado.** À Diretoria Legislativa.

Passaremos à apreciação da matéria constante da Ordem do Dia, conforme avulso distribuído aos Senhores Deputados.

ITEM 01

2ª DISCUSSÃO - do Projeto de Lei nº 513/96, de autoria do Deputado Luiz Claudio Romanelli, que declara de Utilidade Pública Estadual a Sociedade Filantrópica Luz, com sede e foro na Cidade de São Jerônimo da Serra. COM PARECER FAVORÁVEL DA C.C.J.. **Aprovado, artigo por artigo.**

ITEM 02

2ª DISCUSSÃO - do Projeto de Lei nº 146/97, de autoria do Deputado Durval Amaral, que declara de Utilidade Pública Estadual o Lar São Vicente de Paulo de Paracity, localizado em Paracity - PR. COM PARECER FAVORÁVEL DA C.C.J.. **Aprovado, artigo por artigo.**

ITEM 03

2ª DISCUSSÃO - do Projeto de Lei nº 387/97, de autoria do Deputado Anibal Khury, que declara de Utilidade Pública Estadual a Universidade Livre do Artesanato e Cultura Popular - UNIART, com sede e foro nesta Capital. COM PARECER FAVORÁVEL DA C.C.J.. **Aprovado, artigo por artigo.**

ITEM 04

2ª DISCUSSÃO - do Projeto de Lei nº 414/97, de autoria do Tribunal de Justiça, que fixa as tabelas de custas dos Atos Judiciais no Estado do Paraná, na forma da Lei nº 6.149, de 09 de setembro de 1970. COM PARECERES FAVORÁVEIS DA C.C.J. E C.F.. SUBSTITUTIVO GERAL DA C.C.J. E EMENDAS. EM REGIME Deputado Estadual URGÊNCIA.

Há Emendas de Plenário. Substitutivo Geral apresentado em Plenário e Emenda. **Encerrada a discussão.**

Remeto o Projeto à Comissão de Constituição e Justiça.

O SR. EMERSON NERONE (Para Encaminhar)

- Senhor Presidente, apenas para questionar esta Presidência: o Substitutivo Geral da C.C.J. já tem parecer.

Esta Emenda vai ser apreciada numa sessão normal da Comissão de Constituição e Justiça amanhã, há alguma expectativa de volta, de retorno, ao Plenário, ou depende da sessão?

O meu questionamento a esta Presidência é se há uma data de volta desta projeto ao Plenário.

O SENHOR PRESIDENTE (Anibal Khury) -

O projeto de encontra em regime de urgência, a Comissão terá 48 horas para a apreciação das Emendas apresentadas na sessão de hoje.

Creio que deve voltar na sessão de quinta-feira.

O SR. EMERSON NERONE - Muito obrigado, Senhor Presidente!

O SENHOR PRESIDENTE (Anibal Khury) -

O projeto retorna à Comissão de Constituição e Justiça para a apreciação das Emendas de Plenário e um Substitutivo Geral de Plenário.

O SR. DOUTOR ROSINHA (Pela Ordem) - Senhor Presidente, solicito de

Vossa Excelência que autorize a remessa de cópias do Substitutivo a todos os Parlamentares que fazem parte da C.C.J., se possível na data de hoje, para que amanhã, durante a reunião da Comissão já possamos ter alguma opinião.

O SENHOR PRESIDENTE (Anibal Khury) -

A Mesa vai determinar que se proceda a impressão do Substitutivo e das Emendas apresentadas na sessão de hoje.

ITEM 05

2ª DISCUSSÃO - do Projeto de Lei nº 554/97, de autoria do Deputado Valdir Rossoni, que declara de Utilidade Pública no Estado do Paraná a Associação de Proteção à Maternidade e à Infância - APMI, com sede e foro no Município de Juranda. COM PARECER FAVORÁVEL DA C.C.J.. **Aprovado, artigo por artigo.**

ITEM 06

2ª DISCUSSÃO - do Projeto de Lei nº 592/97, de autoria do Poder Executivo - Mensagem nº 077/97, que objetiva autorizar o Poder Executivo a doar ao Município de Santo Antônio do Sudoeste, um lote urbano situado naquele município. COM PARECER FAVORÁVEL DA C.C.J.. EM REGIME Deputado Estadual URGÊNCIA. **Aprovado, artigo por artigo.**

ITEM 07

2ª DISCUSSÃO - do Projeto de Lei nº 594/97, de autoria do Poder Executivo - Mensagem nº 082/97, que objetiva autorizar o Poder Executivo a ceder, em caráter de utilização gratuita, a União Feminina Paranaense, imóvel que especifica. COM PARECER FAVORÁVEL DA C.C.J.. **Aprovado, artigo por artigo.**

ITEM 08

2ª DISCUSSÃO - do Projeto de Lei nº 600/97, de autoria do Poder Executivo - Mensagem nº 088/97, que autoriza o Poder Executivo a doar ao Município de Londrina, as áreas que especifica, destacadas de área maior integrante do patrimônio do Instituto de Desenvolvimento Educacional do Paraná - FUNDEPAR. COM PARECER FAVORÁVEL DA C.C.J.. **Aprovado, artigo por artigo.**

ITEM 09

2ª DISCUSSÃO - do Projeto de Lei nº 602/97, de autoria do Poder Executivo

- Mensagem nº 090/97, que autoriza o Poder Executivo a ceder, em caráter de utilização gratuita, imóvel ao Município de Nova Aliança do Ivaí. COM PARECER FAVORÁVEL DA C.C.J.. **Aprovado, artigo por artigo.**

ITEM 10

2ª DISCUSSÃO - do Projeto de Lei nº 603/97, de autoria do Poder Executivo - Mensagem nº 091/97, que objetiva autorizar o Poder Executivo, através do Instituto de Desenvolvimento Educacional do Paraná - FUNDEPAR, a doar ao Município de Foz do Iguaçu, o imóvel situado naquele município. COM PARECER FAVORÁVEL DA C.C.J.. **Aprovado, artigo por artigo.**

ITEM 11

1ª DISCUSSÃO - do Projeto de Lei Complementar nº 539/97, de autoria do Deputado Anibal Khury, que estabelece exigência para o ingresso nas carreiras de Escrivão de Polícia e Investigador de Polícia. COM PARECER FAVORÁVEL DA C.C.J.. **Aprovado por unanimidade. (Publ. no D.A. nº 169, de 09.10.97).**

COMISSÃO DE CONSTITUIÇÃO E JUSTIÇA

PROJETO DE LEI Nº 539/97

P A R E C E R:

O presente Projeto de Lei de autoria do Deputado Anibal Khury visa estabelecer exigência para o ingresso nas carreiras de Escrivão e Investigador de Polícia.

O objetivo da matéria é aprimorar o nível técnico e profissional da Polícia Civil.

Critérios semelhantes já são adotados nos Estados do Rio Grande do Sul, Santa Catarina, Espírito Santo, Distrito Federal e outros do Brasil.

Cumpra salientar ainda, conforme ressalta a exposição do motivo do projeto, que no último concurso para Escrivão de Polícia e Investigador de Polícia, realizado pela Escola de Polícia Civil, se inscreveram mais de seis mil candidatos, com curso superior completo, entre outros que ainda frequentavam estabelecimentos de nível superior no Estado.

Portanto, o objetivo da lei ora proposta já vem sendo cumprido na prática.

A matéria é constitucional, legal e atende os objetivos da técnica legislativa, além do que, no mérito condiz com interesses elevados da Administração Pública, razão pela qual somos de parecer favorável à sua tramitação.

Sala das Comissões, em 11.11.97.

(a) JOEL COIMBRA

Presidente e Relator

ITEM 12

1ª DISCUSSÃO - do Projeto de Lei nº 553/97, de autoria do Deputado Joel Coimbra, que declara de Utilidade Pública a Fundação Cultural e Educacional Luzamor de Maringá, com sede e foro na Cidade de Maringá. COM PARECER FAVORÁVEL DA C.C.J.. **Aprovado (Publ. no D.A. nº 171, de 14.10.97).**

COMISSÃO DE CONSTITUIÇÃO E JUSTIÇA

PROJETO DE LEI Nº 553/97

P A R E C E R:

O presente Projeto de Lei, de autoria do Deputado Joel Coimbra, visa declarar de Utilidade Pública a Fundação Cultural e Educacional Luzamor de Maringá, com sede e foro na Cidade de Maringá.

Chamada esta Comissão a se manifestar, com relação à legalidade e constitucionalidade, nada encontramos que possa impedir sua norma tramitação por esta Casa de Leis.

Assim, nosso parecer é favorável.

Sala das Comissões, em 04.11.97.

(aa) JOEL COIMBRA - Presidente

CARLOS SIMÕES - Relator

ITEM 13

1ª DISCUSSÃO - do Projeto de Lei nº 559/97, de autoria do Deputado Horácio Rodrigues, que declara de Utilidade Pública o Instituto Doutor Elias Abrão, com sede e foro no Município de Curitiba. COM PARECER FAVORÁVEL DA C.C.J.. **Aprovado (Publ. no D.A. nº 173, de 15.10.97).**

COMISSÃO DE CONSTITUIÇÃO E JUSTIÇA

PROJETO DE LEI Nº 559/97

P A R E C E R:

O presente Projeto de Lei, de autoria do Deputado Horácio Rodrigues, visa declarar de Utilidade Pública o

Instituto Doutor Elias Abrão, com sede e foro no Município de Curitiba.

Chamada esta Comissão a se manifestar, com relação à legalidade e constitucionalidade, nada encontramos que possa impedir sua norma tramitação por esta Casa de Leis.

Assim, nosso parecer é favorável.

Sala das Comissões, em 04.11.97.

(aa) JOEL COIMBRA - Presidente
CARLOS SIMÕES - Relator

ITEM 14

1ª DISCUSSÃO - do Projeto de Lei nº 570/97, de autoria do Deputado César Seleme, que declara de Utilidade Pública a Associação de Moradores do Rocio I, do Município de Palmeira. COM PARECER FAVORÁVEL DA C.C.J.. Aprovado (Publ. no D.A. nº 178, de 21.10.97).

COMISSÃO DE CONSTITUIÇÃO E JUSTIÇA

PROJETO DE LEI Nº 570/97

P A R E C E R:

O presente Projeto de Lei, de autoria do Deputado César Seleme, que tem por objetivo declarar de Utilidade Pública a Associação de Moradores do Rocio I do Município de Palmeira.

Chamada esta Comissão a se manifestar, com relação à legalidade e constitucionalidade, nada encontramos que possa impedir sua norma tramitação por esta Casa de Leis.

Assim, nosso parecer é favorável.

Sala das Comissões, em 04.11.97.

(aa) JOEL COIMBRA - Presidente
CARLOS SIMÕES - Relator

ITEM 15

1ª DISCUSSÃO - do Projeto de Lei nº 574/97, de autoria do Deputado Duílio Genari, que declara de Utilidade Pública a Fundação de Saúde Céu Azul - FUSCA, com sede e foro na Cidade de Céu Azul. COM PARECER FAVORÁVEL DA C.C.J.. Aprovado (Publ. no D.A. nº 178, de 21.10.97).

COMISSÃO DE CONSTITUIÇÃO E JUSTIÇA

PROJETO DE LEI Nº 574/97

P A R E C E R:

O presente Projeto de Lei, de autoria do Deputado Duílio Genari, que tem por objetivo declarar de Utilidade Pública a Fundação de Saúde Céu Azul -

FUSCA, com sede e foro na Cidade de Céu Azul, Estado do Paraná.

Chamada esta Comissão a se manifestar, com relação à legalidade e constitucionalidade, nada encontramos que possa impedir sua norma tramitação por esta Casa de Leis.

Assim, nosso parecer é favorável.

Sala das Comissões, em 04.11.97.

(aa) JOEL COIMBRA - Presidente
CARLOS SIMÕES - Relator

ITEM 16

1ª DISCUSSÃO - do Projeto de Lei nº 578/97, de autoria do Deputado Anibal Khury, que declara de Utilidade Pública o Conselho Comunitário de Segurança e Bem-Estar Social de Arapongas, com sede e foro no Município de Arapongas. COM PARECER FAVORÁVEL DA C.C.J.. Aprovado (Publ. no D.A. nº 181, de 22.10.97).

COMISSÃO DE CONSTITUIÇÃO E JUSTIÇA

PROJETO DE LEI Nº 578/97

P A R E C E R:

O presente Projeto de Lei, de autoria do Deputado Anibal Khury, que tem por objetivo declarar de Utilidade Pública o Conselho Comunitário de Segurança e Bem-Estar Social de Arapongas, com sede e foro no Município de Arapongas.

Chamada esta Comissão a se manifestar, com relação à legalidade e constitucionalidade, nada encontramos que possa impedir sua norma tramitação por esta Casa de Leis.

Assim, nosso parecer é favorável.

Sala das Comissões, em 04.11.97.

(aa) JOEL COIMBRA - Presidente
CARLOS SIMÕES - Relator

O SENHOR PRESIDENTE (Anibal Khury) -
Sobre a mesa, Requerimento nº 2798, de autoria do Senhor Deputado Luiz Claudio Romanelli, constante do expediente. Rejeitado.

O SR. VALDIR ROSSONI - Solicito verificação de votação.

O SENHOR PRESIDENTE (Anibal Khury) -
Senhores Deputados que aprovam o Requerimento, queiram levantar-se.
Onze (11) Deputados aprovam.

Senhores Deputados que rejeitam o Requerimento, queiram levantar-se.

Vinte e nove (29) Deputados rejeitam.

Requerimento rejeitado.

O SR. LUIZ CLAUDIO ROMANELLI (*Pela Ordem*) - Senhor Presidente, achei que o Líder do Governo iria pedir para discutir a matéria, mas ele, de forma muito convicta, decidiu votar hoje mesmo e, tenho certeza, Senhor Presidente e Senhores Deputados, que a maioria dos Deputados que votaram a favor infelizmente não sabem o que estavam votando.

É lamentável isto, porque os senhores estão endossando uma postura de absoluta falta de zelo na administração do dinheiro público. O Secretário da Fazenda assinou convênio transferindo o crédito tributário da Renault para duas empresas que estão sediadas num escritório de advocacia aqui em Curitiba.

É uma vergonha isso, e o Governo se recusa a explicar mais uma maracutaia desse Governo. Infelizmente os senhores votaram este Requerimento, um pedido de informações que poderia ser esclarecedor! Poderia estar eu equivocado no que estou lendo no Contrato Social, mas infelizmente os senhores votaram a favor desta imoralidade!

Muito obrigado, Senhor Presidente!

O SENHOR PRESIDENTE (*Anibal Khury*) - Requerimento nº 2775, de autoria do Senhor Deputado Orlando Pessuti, com apoio dos Senhores Deputados Péricles de Mello, Antonio Annibelli, Nereu Moura e demais Senhores Deputados, constante do expediente de sessão anterior. **Rejeitado.**

O SR. ORLANDO PESSUTI (*Para Encaminhar*) - Senhor Presidente e Senhores Deputados.

Na sessão da última quinta-feira fizemos este Requerimento propondo que os Senhores Deputados aprovem, não só o Requerimento evidentemente, mas o registro nos Anais desta Casa, na Ata dos Trabalhos de hoje, de cópia do inteiro teor do protocolo de acordo firmado em data de fevereiro de 1997 - mais precisamente no dia 04 de fevereiro de 1997 - entre o Estado do Pa-

raná e a Detroit Diesel Motores do Brasil Ltda.

E a razão desse nosso pedido, para que fique registrado nos Anais da Assembléia Legislativa é para que todos nós, os Deputados desta Casa, possamos ter registrado na Casa, um protocolo de acordo, que sem sombra de dúvida, visa atender os interesses do Estado do Paraná, da implantação de novas indústrias automobilísticas, indústrias de autopeças, indústrias de apoio ao setor automobilístico, visa evidentemente, esse protocolo de acordo, dar seqüência a uma proposta de Governo, de incrementar a industrialização do Estado do Paraná; mas também a leitura desse protocolo de acordo, feito por cada um de nós, nos permitirá chegar a algumas conclusões. É uma delas, sem sombra de dúvidas, é a conclusão que todos nós já chegamos e que chegou também Sua Excelência, Deputado Anibal Khury, num pronunciamento que fez a esta Casa há mais de seis meses atrás, quando fazia uma análise da "Lei Anibal Khury" de incentivos fiscais, quando o Presidente desta Casa chamava a atenção para a necessidade de que o Governo do Estado não viesse a esquecer as empresas paranaenses, as empresas sediadas em nosso território.

E o que estamos observando, ao longo de todo esse processo de assinatura de protocolos de acordo, é que em todos eles, com raríssimas exceções, mas com raríssimas exceções mesmo, o benefício é destinado apenas e tão somente a empresas não situadas no território paranaense.

No caso da Detroit, está neste protocolo previsto o financiamento de dez milhões de dólares, para ser este financiamento, este empréstimo pago pela Detroit daqui a dez anos, sem juros e sem correção monetária. Está previsto também nesse protocolo, o financiamento de três mil reais para cada trabalhador treinando, limitado ao número de 180. Este é o número que se prevê através da implantação desta empresa, a Detroit Diesel Motores do Brasil. 180 empregos diretos, mas também esses empregos diretos terão um subsídio forte do Governo Estadual, já que receberá a empresa Detroit, três mil reais para treinar cada um desses 180 empregados que ela terá em sua fábrica.

E vai por aí agora: doação de terrenos; desoneração de ICMS; um desconto de 25% na tarifa de energia elétrica... E tudo isso precisa, evidentemente, ficar registrado nos Anais da Assembléia, para que amanhã ou depois, o povo do Paraná não venha a culpar os Deputados Estaduais de omissos e de negligentes na sua ação parlamentar.

Digo isso porque para a Detroit, Senhor Presidente, que estará propiciando aqui em Curitiba, na Região Metropolitana do Paraná, na Capital paranaense, 180 empregos diretos, a ela se destina dez milhões de reais, sem juros, sem correção monetária, com prazo de pagamento para daqui a dez anos.

Para a Cooperativa Mista do Vale do Ivaí - a COPIVA, sediada em Ivaiporã, com abrangência em Ariranha do Ivaí, Arapuã, Jardim Alegre, Lidianópolis e Lunardeli, a essa cooperativa não se deu um milhão de reais - 10% do que se deu a Detroit - só com uma diferença: a COPIVA gerava diretamente 217 empregos, lá naquela região do Vale do Ivaí.

Tem um outro episódio - não vou aqui declinar o nome da empresa, porque não tenho autorização da pessoa e do seu proprietário, mas o Presidente Anibal Khury é testemunha, porque já estivemos em audiência com ele. Ele próprio já intercedeu junto com a Secretaria da Indústria e Comércio, ao BANESTADO. É uma empresa curitibana no ramo de fabricação de cadeiras estofadas para escritórios e auditórios. Esta empresa possuía 150 trabalhadores e está pedindo a sua participação, o seu ingresso, no "Paraná Mais Emprego". Está pedindo recursos da ordem de 500 mil reais e não quer estes recursos sem juros e sem correção monetária. Não pretende receber esses recursos sem oferecer a respectiva garantia hipotecária, como também assim não pretendia a Cooperativa Agrícola Mista do Vale do Ivaí, lá de Ivaiporã. Este cidadão percorre os caminhos do BANESTADO, da Secretaria da Indústria e Comércio. O Deputado Nelson Justus, Secretário da Indústria e Comércio, fazendo todas as gestões junto ao FDE, o Presidente Anibal Khury, nós e outras pessoas, como o Presidente da FIEP, Doutor Carvalhinho, e os 500 mil para essa empresa aqui de Curitiba, da

Região Metropolitana, já que ela está situada em Pinhais, não aparece.

Assim é também para um frigorífico situado no Município de Laranjeiras do Sul, que há mais de um ano - exatamente treze meses - percorre os caminhos do BANESTADO, da Secretaria da Indústria e Comércio, tem o apoio do Secretário da Indústria e Comércio, mas não consegue buscar recursos junto ao FDE, para garantir o funcionamento de um frigorífico, gerar naquele município mais de 400 empregos e gerar de imediato a arrecadação de ICMS ao Estado, superior a 600 mil reais por mês.

Então, é essa a preocupação que temos. É esta a intranquilidade que nos move.

Felizmente chegou o protocolo de acordo da Detroit, que dizem os "experts" em assuntos de protocolo, que este, talvez, seja o menos generoso de todos, porque segundo informações extra-oficiais, o mais generoso de todos é aquele concedido à Renault.

Nós, realmente, estamos apreensivos. É necessário que a Assembléia Legislativa do Paraná demonstre esta preocupação, registrando nos Anais da Casa, o inteiro teor desse protocolo, para que todos tenhamos conhecimento dele, para que todos aqueles que quiserem tomar conhecimento, possam tomar, para que todos aqueles que quiserem adotar alguma postura em relação a esse protocolo de acordo, possam tomar.

Faço um apelo aos Senhores Deputados, que têm compromisso com o Paraná, com a economia paranaense, que têm compromisso com as empresas paranaenses - não somos contra a vinda da Renault, Detroit, podem vir todas para cá. Só não gostamos e não concordamos que aquilo que é negado aos paranaenses, aos brasileiros, que aquilo que se nega, todo dia, aos filhos deste Estado, que lutaram e que lutam, com muito sacrifício, para manter suas empresas e os empregos estabelecidos, que a eles nada se dá, e aqueles que vêm de longe, tudo se dá do suado sacrifício do nosso povo paranaense.

Então, peço aos Senhores Deputados que votem favoravelmente ao Requerimento de registro nos Anais da Assembléia Legislativa, do protocolo de acordo firmado pela Detroit Diesel

Motores do Brasil com o Estado do Paraná.

Muito obrigado.

O SENHOR PRESIDENTE (Anibal Khury) -
Em votação o Requerimento. **Rejeitado.**

A pedido do Deputado Pessuti, vai se proceder à verificação de votação.

Dez (10) Senhores Deputados aprovam.

Vinte e seis (26) Senhores Deputados rejeitam.

Rejeitado.

Requerimento nº 2786, de autoria do Senhor Deputado Anibal Khury, com apoio dos Senhores Deputados Luiz Carlos Martins, Caio Quintana, Nelson Garcia e Neivo Beraldin, constante do expediente. **Aprovado.** À Diretoria Legislativa.

Requerimento nº 2787, de autoria do Senhor Deputado Cezar Silvestri, constante do expediente. **Aprovado.** À Diretoria Legislativa.

Requerimento nº 2788, de autoria do Senhor Deputado Nereu Moura, constante do expediente. **Aprovado.** À Diretoria Legislativa.

Requerimentos nºs 2790 a 2792, de autoria do Senhor Deputado Luiz Carlos Zuk, constantes do expediente. **Aprovados.** À Diretoria Legislativa.

Requerimentos nºs 2793 a 2796, de autoria do Senhor Deputado Orlando Pessuti, constantes do expediente. **Aprovados.** À Diretoria Legislativa.

Requerimento nº 2799, de autoria do Senhor Deputado Luiz Claudio Romaneli, constante do expediente. **Aprovado.** À Diretoria Legislativa.

Requerimentos nºs 2800 a 2801, de autoria do Senhor Deputado Valdir Rossoni, constantes do expediente. **Aprovados.** À Diretoria Legislativa.

Requerimento nº 2802, de autoria do Senhor Deputado Duílio Genari, constante do expediente. **Aprovado.** À Diretoria Legislativa.

Requerimento nº 2804-A, de autoria dos Senhores Deputados Geraldo Cartário e Albanor Gomes, constante do expediente. **Aprovado.** À Diretoria Legislativa.

Requerimento nº 2754, de autoria dos Senhores Deputados Péricles de Mello, Irineu Colombo, Ângelo Vanhoni e Doutor Rosinha, constante do expediente de sessão anterior. **Rejeitado.**

Requerimento nº 2746, de autoria do Senhor Deputado Luiz Claudio Romaneli, constante do expediente de sessão anterior. **Rejeitado.**

Nada mais havendo a tratar, declaro encerrada a presente sessão, marcando outra para terça-feira, dia 18, à hora regimental, com a seguinte

ORDEM DO DIA:

REDAÇÃO FINAL - do Projeto de Lei nº 267/97.

2ª DISCUSSÃO - do Projeto de Lei Complementar nº 539/97.

2ª DISCUSSÃO - dos Projetos de Lei nºs 553, 559, 570, 574 e 578/97.

1ª DISCUSSÃO - do Projeto de Lei nº 205/97.

Marca ainda, uma Sessão Extraordinária, para logo após a Sessão Ordinária, com a seguinte

ORDEM DO DIA:

1ª DISCUSSÃO - dos Projetos de Lei nºs 446, 632 e 636/97.

Levanta-se a sessão.